

CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS CULTURAIS
CMPC – BIÊNIO 2016-2018
ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 31/10/2018 realizou-se em Uberlândia, na Oficina Cultural, a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, biênio 2016-2018. Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplentes: Mirson Martins Fernandes, Clarita Claupero, Laís Batista Costa, Marcelo de Sousa Camargo, Beatriz de Macedo Oliveira, Vasco Luís Guimarães Lobo, Andrielle Barbosa de Paula, Gabriel Caixeta Magalhães, Cristiane Fátima Lucas da Silva Oliveira, Mônica Debs Diniz, Leciane Leandra Medeiros, Franny Christiny Camargo da Silva, Rosa Maria Marra Dias, Alexandre José Molina. Constatada a presença de quórum regimental com o total de 09 conselheiros em segunda chamada, foi dado início à reunião, às 19h. Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente Guimarães Lobo e pela Primeira Secretária Franny Christiny. Foi apresentada a proposta de pauta, com os seguintes pontos: 1. Aprovação da Pauta; 2. Aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária; 3. Informes; 4. Diálogo entre CMPC e membros da CAS para alinhamento das diretrizes a serem observadas na análise de projetos de edital PMIC; 5. Eleição CMPC. No primeiro ponto de pauta, a mesma foi aprovada por unanimidade. No segundo ponto de pauta, a Ata da 21ª Reunião Ordinária foi aprovada com 08 votos a favor e 1 abstenções. No terceiro ponto de pauta sobre os informes o presidente Guimarães Lobo reforçou sobre as inscrições para a eleição da nova composição do CMPC, que será estendida até o dia da votação. Guimarães Lobo também informa que foi indicado a concorrer uma vaga no Consec, Conselho Estadual de Cultura, onde representará o setorial de literatura. A secretária Mônica Debs, informa que o Festival de Dança foi concluído com sucesso. Informa também que o prefeito conseguiu a assinatura e liberação do prédio do Fórum, para ser transformado/adaptado em um espaço cultural, sendo composto por uma biblioteca pública, galerias, teatro/cine, e a parte externa será ocupada com feiras de origem artesanal e gastronômica através de editais. A secretaria tem o projeto de retirar a grade que esta entorno do prédio em questão, no entanto a mesma propõe fazer a ocupação cultural do bem, que os artistas possam se ocupar deste espaço, para futuramente tal projeto seja realizado. Mônica ainda informa que as obras na Casa da Cultura continuam a serem realizadas. A secretaria irá realizar a captação de recursos para a reforma da Oficina Cultural. Sobre o Teatro Grande Otelo, Mônica informou que estão contratando uma

empresa para fazer os projetos complementares. Mônica Debs desejou ao conselho uma boa reunião e uma boa eleição. No quarto ponto de pauta o presidente demonstrou sua felicidade com a nova composição da CAS, e propôs iniciar a conversa solicitando declarações sobre o andamento da seleção dos projetos. A conselheira Rosa Maria explica que a ideia de tal conversa entre o CMPC e a CAS é para que o conselho explicasse com mais detalhes os critérios, sanando assim as possíveis dúvidas dos pareceristas. Rosa Maria também informou que um grande problema que ela observou nas análises dos projetos é a falta de documentos básicos, anexos e outros. A Sra. Iara Magalhães parecerista da CAS no setor de Audiovisual, explicou sobre a dificuldade que a CAS encontrou em diferenciar Conteúdo de Conceito, informa que a definição de conceito não está bem elaborada, e que pode gerar dupla interpretação, e assim solicita que o CMPC esclareça sobre tal ponto. A conselheira Laís Batista esclareceu que este ano não foi criado nenhum critério diferente, afirma ser mais difícil sim de interpretação, porém sugere que cada setorial debatesse sobre os critérios apresentados. Laís também explicou que ela entende por conteúdo, o conjunto de atividades, exemplificando, a formação de público de cinema. O conselheiro Alexandre Molina, com relação à definição dos critérios, este é como contribuição para os colegas da CAS. Alexandre Molina propõe que a CAS, junta, possa nortear e determinar uma leitura, ajustar entre os pareceristas os termos, entender dentro da própria CAS o que seria cada critério, definindo um parâmetro equalizado definindo melhor a avaliação e seleção dos projetos. O conselheiro Alexandre Molina ainda apontou sobre um ponto bem crítico, que é o retorno para a sociedade sobre os projetos não aprovados, visto que quando o projeto não logrou êxito na seleção, o produtor/proponente quer saber os pontos positivos e negativos sobre seu projeto. Não se apresentam razões, as justificativas não ficam claras, o proponente pergunta, mas não entende as razões da não aprovação de seus projetos. Molina ainda sugeriu a implantação de um sistema eletrônico de seleção onde a falta de anexos, impossibilitaria de se concluir a inscrição, avançando assim para uma melhora na análise dos projetos. A conselheira Rosa Maria informa que este ponto foi discutido entre os membros da CAS e afirma que as informações serão passadas da melhor forma para a comunidade. A conselheira Leciane Medeiros informa que a exemplaridade se destaca em preencher alguma área, lacuna ou suprir uma carência. A conselheira Beatriz Oliveria propõe que na próxima oportunidade de revisão das diretrizes, o ponto A dos critérios técnicos, sendo eles: conceito, conteúdo e exemplaridade sejam separados para melhor análise e avaliação dos pareceristas. A Sra.

Iara Magalhães, propõe uma melhoria no formulário, onde o mesmo deve ser mais objetivo, e construir melhor a avaliação dos pareceristas. A Sra. Maria José parecerista da CAS no setor de Literatura, afirma que concorda com todas as falas anteriores; afirma que os critérios são para referenciar, porque pode gerar desigualdade na avaliação, podendo ou não favorecer um projeto, assim de acordo com cada área as definições do critério podem variar. Maria José também ressaltou que estes critérios não visam apenas fomento e sim tradicionalismo, alertou que precisamos alimentar a cadeia produtiva. A Sra. Claudia parecerista da CAS no setor de Dança, Teatro e Ópera, informa que é preciso sim entender cada ponto desses critérios para que o parecer apresentado para a comunidade seja o mais coeso possível. Claudia ainda afirma que vê a necessidade de um curso de elaboração de projetos. A conselheira Rosa Maria informou que para 2019 a Secretaria de Cultura irá oferecer um curso para formação de membros da CAS e dos proponentes. O conselheiro Andrielle Barbosa concorda com todas as falas que o antecederam, e repassou todos os critérios junto com a plenária e concluíram que apenas o critério A é mais subjetivo. O Sr. **William** informa que seria de grande importância um diálogo entre a SMC e a CAS, visando uma melhor definição das áreas dentro da própria CAS, tendo em vista que Matriz Africana está abrangendo uma área muito maior, onde entram nessa área projetos que não tem cunho de Matriz africana. Em resposta o presidente Guimarães Lobo afirma que a área que ele se candidatou abrange várias outras áreas e cabe a ele avaliar todas; informa também que dentro da SMC e da própria CAS ele pode obter as resoluções para as diversas dúvidas que possam lhe ocorrer quanto à seleção destes projetos. A Srta. Lorryne Albina representante da comunidade civil veio esclarecer que a CAS não apenas avalia e seleciona projetos, é missão da CAS dar sequência e acompanhar os projetos aprovados; Lorryne afirma que é preciso entender até onde vai a captação de recursos, visto que sobre sua captação não obteve resposta plausível da CAS. A conselheira Leciane Medeiros esclareceu que a captação deve ser realizada e finalizada dentro do exercício financeiro para qual o projeto foi aprovado para execução. A conselheira Laís Batista informa que até maio de cada ano, as diretrizes devem ser revisadas e aprovadas no conselho, então sugere já iniciar o próximo ano com o diálogo para a reformulação dos destes critérios. Laís apontou que o diferencial deste edital é determinar a capacidade técnica do proponente, e questiona como a CAS tem analisado se não está havendo comprovação das informações contidas nos currículos. O Presidente Guimarães Lobo questionou sobre as votações dentro da CAS, reforçando que apenas os titulares têm

direito ao voto. A conselheira Rosa Maria assegurou que apenas os titulares votam. O conselheiro Andrielle Barbosa disse que sempre haverão mudanças e que não existe perfeição, mas sim uma incessante busca de melhorias. Andrielle também informa que para os projetos de continuidade no PMIC possuem um teto de 3 anos. A conselheira Leciane Medeiros informa que deseja rever a Lei do PMIC e avisa que a CAS tem total liberdade para participar desta revisão. O presidente Guimarães Lobo encerrou as discussões neste ponto de pauta, e diz que espera ter sanado algumas dúvidas e coloca o Conselho à disposição da CAS. O presidente disse que acredita na valorização da Cultura, no entanto esta valorização e representação dependem da sociedade, e assim pede que os setoriais se mobilizem para as eleições de composição do CMPC. O conselheiro Mirson Martins elogiou a nova composição da CAS. Mirson também questionou novamente a Secretaria de Cultura sobre o pedido da reunião com o Prefeito sobre o Carnaval, e solicitou que a secretaria apresente uma resposta sobre tal pedido. O presidente Guimarães Lobo, em resposta ao Sr. Mirson, informa que o conselho também solicitou uma reunião com o prefeito e também não fomos atendidos e nem justificativas foram recebidas. Esgotado os pontos de pauta, o presidente encerrou a reunião às 20h45min. Nada mais havendo a tratar, eu, Franny Christiny, relatora desta reunião, lavrei a presente Ata, a qual será enviada por e-mail aos conselheiros que compõe o CMCP e submetida à validação na próxima reunião ordinária.

Vasco Luís Guimarães Lobo
Presidente do CMPC

Franny Christiny Camargo da Silva
1º Secretária do CMPC